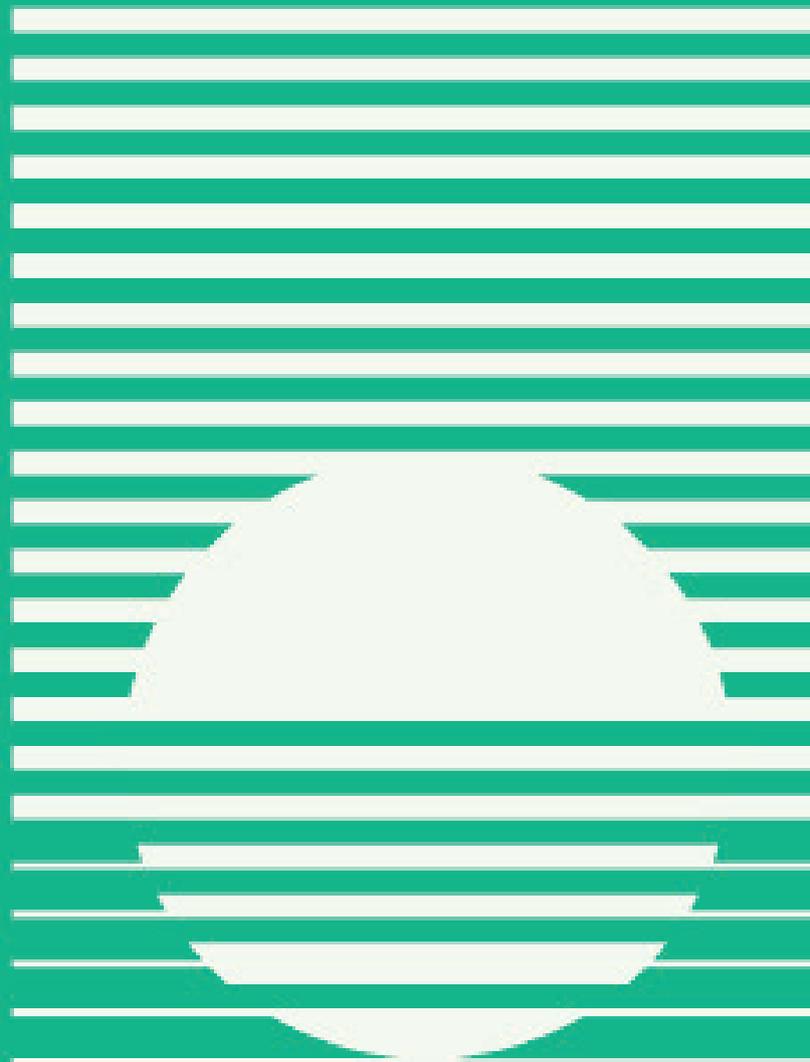


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



**01-02**  
**2019**



# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Patrícia Porto de Barros

**Editor Adjunto:** Roger Lucas Correa Martins

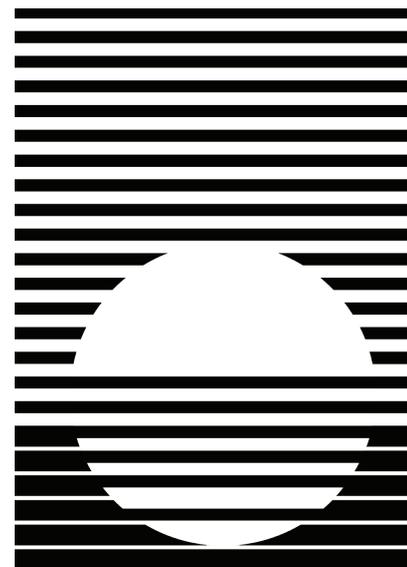
**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Fernanda Ramos Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hugô Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambirra, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



# SUMÁRIO

## **Página 04**

Contradições na política externa do Governo Bolsonaro geram instabilidade doméstica

Governo Bolsonaro realiza mudanças na gestão do Itamaraty

A nova governança ambiental brasileira fortalece o agronegócio e gera importantes desafios

## **Página 05**

Governo brasileiro negligencia meio ambiente e mudanças do clima

Brasil impulsiona cooperação no setor algodoeiro

## **Página 06**

Relações Brasil-Bolívia passam por momentos de aproximação e distanciamento

Ministério Público do Peru celebra acordo de delação premiada com Odebrecht

Macri viaja ao Brasil e defende mudanças no Mercosul

## **Página 07**

Argentina retoma eixo de Cooperação Sul-Sul com a Ásia

Governo colombiano endurece posição contra o ELN após atentado

## **Página 08**

Colômbia e Chile articulam novo bloco de integração sul-americana como alternativa à Unasul

Ajuda humanitária na Venezuela causa controvérsias

Crise venezuelana repercute na política doméstica dos países latino-americanos

## **Página 09**

Crise na Venezuela se agrava e repercute na região e no mundo

Governo mexicano defende o diálogo como forma de mediar a crise venezuelana

## **Página 10**

Erdogan apoia Maduro e cobra respeito à decisão das urnas

Crises africanas dominam agenda de política externa da África do Sul

## **Página 11**

Cresce parceria comercial entre África do Sul e Índia

Ataque terrorista e ação militar acirram tensões entre Índia e Paquistão

China intensifica sua aproximação com América Latina e Caribe

## **Página 12**

China e Gâmbia estreitam laços de cooperação

Países emergentes vão dominar top 10 dos maiores PIBs do mundo em 2030

Países emergentes podem ser prejudicados por proposta dos EUA para reforma da OMC

## **Página 13**

Comércio de armamentos entre Rússia e Turquia incomoda os EUA

Onda de insegurança e instabilidade política afeta países ao redor do mundo

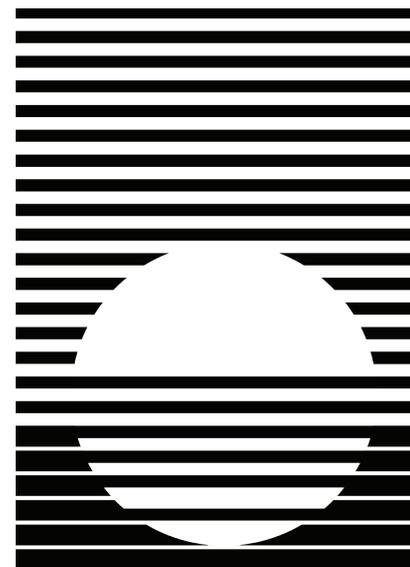
## **Página 14**

Instrumentalização política da agenda migratória e medidas xenófobas ferem direitos de imigrantes e refugiados

Avanços e retrocessos marcam a política de gênero no começo de 2019

## **Página 15**

ONU promove o aperfeiçoamento de políticas através da UNICEF, UNOSSC e FAO



## Contradições na política externa do Governo Bolsonaro geram instabilidade doméstica

Os primeiros dias que se seguiram à posse de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), como Presidente da República, foram marcados por idas e vindas no relacionamento com um dos países prioritários na campanha eleitoral, os EUA. No dia 3 de janeiro, Bolsonaro anunciou a intenção de instalar uma base estadunidense em território brasileiro. Esta medida foi confirmada pelo chanceler Ernesto Araújo e comemorada pelo secretário de estado dos EUA, Mike Pompeo. Entretanto, militares do Alto Comando do Exército, como o general da reserva Azevedo e Silva, expressaram o descontentamento com a proposta, que poderia incentivar a instalação de uma base russa na Venezuela. No dia 8, Bolsonaro recuou e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, classificou o fato como um “mal entendido”. Além disso, pela primeira vez, um militar brasileiro foi cedido para atuar no Comando Sul dos EUA. Ao indicar o general de brigada Alcides Valeriano de Faria Junior, o Brasil rompeu a tradição de enviar militares apenas para missões multilaterais, como as comandadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). A agenda externa do presidente teve um novo capítulo no dia 22 de janeiro, quando ele fez um discurso de apenas seis minutos no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, bem abaixo dos 45 minutos disponibilizados e aguardados. Entre os temas tratados, a ênfase na atração de investimentos, a crítica à esquerda e o incentivo ao turismo receberam destaque. Enquanto isso, o cenário doméstico também se demonstrava instável. Dentre os motivos, podemos citar o afastamento do presidente para a realização de cirurgias, o anúncio de saída do país do deputado federal eleito Jean Wyllys, por questão de segurança, e a exoneração do ministro da Secretaria-Geral, Gustavo Bebianno (PSL), após escândalo de candidaturas laranjas e de críticas às interferências dos filhos de Bolsonaro sobre os rumos do governo se formaram.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 08/01/2019; [G1](#), 08/01/2019; [BBC](#), 22/01/2019; [UOL](#), 29/01/2019; [Folha de S. Paulo](#), 13/02/2019; [BBC](#), 18/02/2019.

## Governo Bolsonaro realiza mudanças na gestão do Itamaraty

Entre janeiro e fevereiro de 2019, a mídia brasileira repercutiu várias mudanças implementadas na estru-

tura organizacional do Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty), sob o comando do novo chanceler, Ernesto Araújo. Uma das primeiras alterações na organização interna do MRE foi a permissão, por meio da Medida Provisória 870/2019, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro no dia primeiro de janeiro, de que pessoas de fora da carreira diplomática assumam cargos de chefia e assessoria no ministério. Além disso, foram criadas a Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (que engloba departamentos de Segurança e Justiça, Nações Unidas, Meio Ambiente e Direitos Humanos e Cidadania) e a Secretaria de Política Externa Comercial e Econômica (formada por departamentos de promoção do Agronegócio, Serviços e Indústria e Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura). Na nova configuração, a antiga Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia e a Divisão da Mudança do Clima foram substituídas pelo Departamento de Meio Ambiente. A subsecretaria-geral de América Latina e do Caribe também foi extinta e suas atribuições foram passadas para a recém-criada Secretaria de Américas. Ainda em janeiro, também houve repercussão sobre a saída do então presidente da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex), vinculada ao Itamaraty, Alexsandro Carreiro, do cargo. De acordo com relatos internos, Carreiro vinha demitindo sumariamente antigos funcionários para nomear aliados, sem fazer qualquer transição. Em fevereiro, a mídia noticiou uma indisposição entre o chanceler e a ala militar do governo, que estaria insatisfeita com a atuação do MRE por não ser consultada sobre algumas decisões relacionadas à crise venezuelana e, agora, estaria “tutelando” o Itamaraty sobre temas considerados sensíveis. Outra mudança ocorrida em fevereiro foi a extinção da disciplina História dos países da América Latina do currículo do Instituto Rio Branco, a escola de formação de diplomatas do Itamaraty.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 02/01/2019; [Folha de S. Paulo](#), 09/01/2019; [Estadão](#), 10/01/2019; [Folha de S. Paulo](#), 10/01/2019; [Folha de S. Paulo](#), 10/01/2019; [Folha de S. Paulo](#), 03/02/2019; [Folha de S. Paulo](#), 16/02/2019.

## A nova governança ambiental brasileira fortalece o agronegócio e gera importantes desafios

As tensões em torno do papel do Brasil na comunidade internacional para os temas do meio ambiente e clima fizeram com que Bolsonaro e seu novo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmas-

sem que o país não sairia (por enquanto) do Acordo de Paris. Frente à possibilidade de saída do Acordo, especialistas elencaram diferentes impactos do não cumprimento das normas determinadas. Ainda assim, as estruturas institucionais e competências, dedicadas especificamente à agenda climática, desapareceram de Ministérios antes estratégicos para a articulação internacional do país, como o próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O novo chanceler, Ernesto Araújo, é uma das principais figuras contrárias à agenda, e chegou a afirmar que as mudanças climáticas são uma ficção. Essas transformações na governança climática brasileira apresentam desafios para o diálogo entre governo e setores da sociedade civil responsáveis pelo acompanhamento e atuação ativa em defesa do tema. Além disso, o multilateralismo desaparecera das competências do MRE e deu lugar à uma nova sistematização das pautas e prioridades da diplomacia brasileira, criando incertezas sobre as diretrizes das políticas ambientais. A guinada da agenda climática para o Ministério da Economia e, principalmente, para o Ministério da Agricultura (MAPA), sob comando da ministra Tereza Cristina, representa para a “economia do clima” uma mudança não só institucional, mas sobretudo estratégica. O agronegócio, ator-chave para a base do governo e também para o MAPA, se fortalece com a incorporação da agenda climática e de estruturas como o Serviço Florestal Brasileiro, responsável, dentre muitas competências, pelo monitoramento de florestas. Enquanto isso, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, parece fazer parte de um grupo minoritário, mas resistente, sendo a favor da agenda do clima dentro do governo. Pontes, filiado ao mesmo partido de Bolsonaro e próximo ao presidente, afirmou em entrevista que a mudança do clima é um dos maiores desafios da humanidade, ilustrando algumas das contradições internas entre os ministros.

Fontes: [The Economist](#), 10/01/2019; [Estado de S. Paulo](#), 11/01/2019; [Climate Home News](#), 15/01/2019; [Exame](#), 16/01/2019; [Estado de S. Paulo](#), 19/01/2019; [La Nación](#), 22/01/2019; [Rede Brasil Atual](#), 29/01/2019; [Folha de S. Paulo](#), 05/02/2019; [Jornal da USP](#), 16/02/2019.

## Governo brasileiro negligencia meio ambiente e mudanças do clima

A série de mudanças estruturais e institucionais promovidas por Jair Bolsonaro nos dois primeiros meses desde que assumiu o governo reconfiguraram a agenda ambiental e climática brasileira como nunca antes. Houve transformações tão profundas,

que superaram o que já se sabia sobre a recusa da agenda do clima pelo novo governo frente aos temas. Essas mudanças ultrapassaram o campo simbólico e ideológico, como muito se discutia entre ambientalistas, e demonstraram o papel estratégico da agenda, inclusive em nível internacional, vide o discurso de Bolsonaro em Davos. Dois, de seis minutos da fala do presidente, foram dedicados ao meio ambiente, recursos naturais e abundância de natureza a ser explorada. Quase como ironia, a exploração de recursos e seus impactos socioambientais deflagraram uma tragédia de proporções não imaginadas pelo governo logo no seu início, com o rompimento da barragem da empresa Vale S.A. em Brumadinho (MG). Com mais de 150 pessoas mortas, o rompimento em Brumadinho provocou o colapso no ecossistema da região, atingindo diversas espécies de animais e ceifando o Rio Paraopeba, assim como aconteceu há quase 4 anos antes com o Rio Doce em Mariana, também em Minas Gerais. A tragédia, que segundo a ONU, trata-se de crime ambiental, coloca em questão a atuação e negligência das empresas e do poder público pela segurança e controle de outras barragens no território.

Fontes: [Foreign Policy](#), 04/01/2019; [Congresso em Foco](#), 15/01/2019; [The Intercept](#), 25/01/2019; [Climate News Network](#), 04/02/2019.

## Brasil impulsiona cooperação no setor algodoeiro

Referência na cooperação na área de algodão, o Brasil assinou um acordo de cooperação com Peru e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão ligado às Nações Unidas. O projeto inclui órgãos como o Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego do Peru, o Ministério do Trabalho do Brasil, a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Brasil (SENAI) e o escritório da OIT para os países andinos. O objetivo é compartilhar a experiência brasileira, implementando ações que garantam o trabalho decente na cadeia do algodão e contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores andinos. Já no continente africano, a Equipe do Centro de Excelência contra a Fome — uma parceria entre o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas — realizou duas missões, em Moçambique e em Benim, para discutir com oficiais de governo e outros atores, demandas e potenciais da cadeia deste material. O objetivo do projeto, coordenado pela

ABC, com apoio financeiro do Instituto Brasileiro do Algodão, é apoiar agricultores familiares deste ramo e instituições públicas em Benim, Moçambique, Quênia e Tanzânia.

Fontes: [ONU](#), 08/01/2019; [OIT](#), 08/01/2019; [ABC](#), 11/01/2019; [WFP](#), 11/01/2019; [ONU](#), 14/01/2019.

## Relações Brasil-Bolívia passam por momentos de aproximação e distanciamento

Em janeiro, as relações entre Brasil e Bolívia passaram por altos e baixos. No primeiro dia do mês, Evo Morales, chefe de governo boliviano, participou da posse de Jair Bolsonaro. Sua presença foi notada por ele ser um dos, relativamente, poucos chefes de Estado presentes, apesar de Morales e Bolsonaro estarem em lados opostos no espectro político. Evo Morales declarou que as relações entre Bolívia e Brasil têm raízes profundas de irmandade e complementaridade, além de serem sócios estratégicos. No dia 12, Cesare Battisti, condenado pelo governo italiano pela participação em quatro assassinatos na década de 1970, foi capturado na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra. Battisti estava foragido desde dezembro de 2018, quando foi extraditado por um decreto assinado pelo ex-presidente brasileiro, Michel Temer. Morales negou a Battisti o refúgio e o entregou às autoridades italianas. Esta postura do presidente foi criticada por alguns de seus ministros, que alegaram que o protocolo de praxe não foi seguido neste caso. A entrega de Battisti, diretamente à Itália, contrariou interesses da oficialidade brasileira, já que o governo Bolsonaro havia prometido entregá-lo como um “presente” à Itália, e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, havia assegurado que o italiano faria uma escala no Brasil – o que foi vetado por Morales. Além disso, após declarações com caráter racista contra populações indígenas por parte de Rodrigo Amorim, deputado estadual do Rio de Janeiro, pelo Partido Social Liberal (PSL), ao afirmar que “quem gosta de índio deve ir à Bolívia”. Durante um debate sobre a Aldeia Maracanã, o chanceler boliviano, Diego Pary, declarou que a Bolívia levará a questão à ONU como racismo de Estado por parte do Brasil. O Estado entrará com ação no Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas pois “o racismo é uma política de Estado no Brasil, já que parte do seu presidente e do seu governo”, de acordo com o ministro da descolonização.

Fontes: [El Deber](#), 01/01/2019; [El Deber](#), 01/01/2019; [La Razón](#), 04/01/2019; [El Deber](#), 07/01/2019; [La Razón](#), 09/01/2019; [La Razón](#), 13/01/2019; [La Razón](#), 14/01/2019.

## Ministério Público do Peru celebra acordo de delação premiada com Odebrecht

Após três meses de negociações, o Ministério Público do Peru celebrou, no dia 15 de fevereiro, um acordo de delação premiada com a empresa Odebrecht, envolvida em escândalos de corrupção na licitação de obras públicas no país. Através deste, a construtora brasileira se compromete a entregar documentos e informação privilegiada sobre o pagamento de subornos a funcionários públicos peruanos em grandes projetos de infraestrutura, como o Corredor Viário Interoceânico Sul (ramos 2 e 3), que liga o interior norte do Brasil ao litoral peruano, e a linha 1 do metrô de Lima (ramos 1 e 2). Em acréscimo, a Odebrecht ratificou seu compromisso em pagar uma indenização civil de cerca de R\$ 689,3 milhões ao Estado peruano em um prazo de 15 anos. Segundo o promotor da Operação Lava Jato deste país, Rafael Vela, o acordo é essencial para facilitar a cooperação das autoridades do Brasil, cujo sistema de justiça dá proteção aos delatores premiados. Para o partido fujimorista, Força Popular (FP), no entanto, o acordo, que teve o respaldo de boa parte das lideranças políticas no Peru, é prejudicial aos interesses do país, não só por aceitar uma indenização cujo valor é considerado baixo diante dos prejuízos causados pelas ações fraudulentas da empresa brasileira, mas também por permitir que a Odebrecht mantivesse suas atividades econômicas no Peru. As primeiras delações revelaram que a empresa brasileira patrocinou campanhas de congressistas, principalmente dos partidos Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) e Partido Popular Cristiano (PPC). Porém, também foram relatados contatos entre os executivos da construtora e lideranças políticas dos partidos FP e Ação Popular (AC.PO). Neste contexto, cabe lembrar que quatro ex-presidentes peruanos estão envolvidos nas investigações da Lava Jato do Peru.

Fontes: [La República](#), 15/02/2019; [El Comercio](#), 16/02/2019; [El Comercio](#), 16/02/2019; [El Comercio](#), 16/02/2019; [El Comercio](#), 17/02/2019; [La República](#), 22/02/2019.

## Macri viaja ao Brasil e defende mudanças no Mercosul

No dia 16 de janeiro, o presidente argentino, Mauricio Macri, visitou o recém-empossado presidente Jair Bolsonaro. Macri veio ao Brasil acompanhado dos ministros de Justiça e Direitos Humanos, Germán Garavano, e de Segurança Pública, Patricia Bullrich,

além do diretor de Cooperação Internacional de Segurança, Gaston Schulmeister. O encontro entre os presidentes teve como principais pautas a crise na Venezuela e o Mercosul. Em relação à primeira, ambos teceram críticas ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro, classificando-o como um ditador que tenta se perpetuar no poder, e reforçaram que a crise deve ser superada pela atuação diplomática. No que diz respeito ao Mercosul, demonstraram interesse em acelerar a integração econômica dos países do bloco, desburocratizando-o e avançando em medidas de liberalização e flexibilização dos mercados, assim como no avanço do acordo Mercosul-União Europeia. Ademais, debateram medidas conjuntas para combater a violência no futebol, tendo em vista grandes eventos esportivos, como a Copa América, que acontecerá no Brasil, neste ano. Durante a reunião ministerial bilateral, que ocorreu durante a visita, as delegações trabalharam em um novo acordo de extradição entre Brasil e Argentina, que foi aprovado pelos presidentes e que deve acelerar os processos de extradição entre os dois países sem a necessidade de passar pelas vias diplomáticas tradicionais. Esse acordo entra na esteira de uma discussão mais ampla sobre segurança nas fronteiras, combate ao crime organizado e tráfico de drogas internacional, e, de maneira mais específica, na cooperação em investigações que acontecem em ambos os países envolvendo denúncias de corrupção e construtoras brasileiras. Macri classificou a viagem como o início de um salto de confiança entre a Argentina e o Brasil e para o fortalecimento do Mercosul.

Fontes: [Âmbito](#), 16/01/2019; [EBC](#), 16/01/2019; [G1](#), 16/01/2019; [El país](#), 17/01/2019.

## Argentina retoma eixo de Cooperação Sul-Sul com a Ásia

O Presidente da Argentina, Mauricio Macri, realizou, em fevereiro, uma viagem para a Ásia com o objetivo de estreitar os laços de cooperação com alguns países da região. Macri passou por Emirados Árabes, Índia e Vietnã. O objetivo da viagem era facilitar a inserção de produtos argentinos nestes mercados. Além de membros das burocracias estatais, uma comitiva composta por 120 empresas acompanhou o presidente, marcando a intrínseca relação entre Cooperação Sul-Sul e investimentos. A convite do secretário geral do Partido Comunista e presidente do Vietnã, Nguyen Phu Trong, Macri visitou o país pela primeira vez como presidente da Argentina. Historicamente, o Vietnã e a Argentina estabeleceram seus laços diplomáticos em 25 de outubro de 1973. Segundo as autoridades, os dois lados estão trabalhando para

e elevar o comércio bilateral entre os países. Por fim, concordaram em avaliar a viabilidade de um acordo comercial entre o Vietnã e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Na Índia, Macri visitou o país a convite do primeiro ministro Narendra Modi, como parte das comemorações do 70º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Argentina e a República da Índia. Como consequência deste encontro, as duas autoridades analisaram os progressos em setores como o de energia nuclear, espaço, comércio, cultura, turismo, tecnologia da informação e agroquímicos, e exploraram novos caminhos para a cooperação, assinando uma dezena de Memorandos de Entendimento (MoUs) para cooperação em defesa, agricultura e energia. A viagem também pode ser interpretada como uma tentativa de expandir negócios para melhorar a fragilizada economia argentina, bem como um reforço dos compromissos firmados entre a nação latino-americana e a região, consolidados a partir do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (TAC), em agosto de 2018.

Fontes: [Bae Negócios](#), 15/02/2019; [Diario El Zonda](#), 15/02/2019; [El Deber](#), 18/02/2019; [UOL](#), 18/02/2019; [Vietnam Plus](#), 18/02/2019; [Vietnam Plus](#), 18/02/2019; [France24](#), 19/02/2019; [Jagran Josh](#), 19/02/2019; [Vietnam Plus](#), 20/02/2019; [Vietnam News](#), 20/02/2019; [Grupo La Provincia](#), 21/02/2019; [Nhandan](#), 21/02/2019.

## Governo colombiano endurece posição contra o ELN após atentado

No dia 17 de janeiro, o Exército de Libertação Nacional (ELN), guerrilha que permanece ativa na Colômbia, realizou um ataque com carro-bomba contra a Escola de Polícia General, durante cerimônia de promoção de oficiais e cadetes, deixando 20 cadetes mortos e 70 feridos. O atentado teve ampla repercussão nacional e internacional. Em resposta, o presidente Iván Duque iniciou uma ofensiva diplomática contra o ELN, pedindo ao governo cubano que extradite para a Colômbia os líderes do grupo, que atuavam como negociadores no suspenso acordo de paz, cujas negociações ocorriam em Cuba. O governo colombiano, que já havia interrompido o cessar fogo bilateral com a guerrilha, após a posse do novo presidente, afirmou que processará os líderes do ELN por seus atos terroristas, determinando a reativação das ordens de prisão internacional contra eles. A posição de Duque é que só haverá retorno ao diálogo quando o grupo libertar os sequestrados e cessar os atos terroristas. Por sua vez, a guerrilha respondeu ao governo em sua página na internet, argumentando que a operação realizada

contra a instalação policial foi lícita, dentro do direito da guerra, uma vez que as vítimas eram combatentes por atuarem na guerra contra a insurgência. Os governos de Cuba e Noruega, ativamente envolvidos nas tentativas de negociação entre governo e guerrilha, buscaram mediar a crise, solicitando ao presidente Duque que cumpra com os protocolos estabelecidos em caso de ruptura da negociação, facilitando o retorno dos chefes do ELN em segurança ao território nacional. Contudo, o atual mandatário afirma não ter obrigação em acatar tais protocolos, já que seu governo não estabeleceu a negociação com a guerrilha e sim o governante anterior. A situação permaneceu sem resolução durante o mês de fevereiro e suscitou um amplo debate sobre a legitimidade da decisão do presidente ao não acatar os protocolos.

Fontes: [El Espectador](#), 18/01/2019; [Semana.com](#), 26/01/2019; [El Tiempo](#), 26/01/2019; [El Tiempo](#), 01/02/2019; [El Espectador](#), 21/02/2019.

## Colômbia e Chile articulam novo bloco de integração sul-americana como alternativa à Unasul

No dia 14 de fevereiro, o Presidente colombiano Iván Duque anunciou que a Colômbia trabalha na criação de um novo bloco diplomático de integração regional nomeado “Para o Progresso da América do Sul” (Prosul). Segundo Duque, o grupo seria um novo espaço de cooperação regional que, para além de um organismo burocrático, serviria como mecanismo de coordenação sul-americana de políticas públicas e defesa da democracia. A iniciativa colombiana busca ser uma alternativa à União das Nações Sul-Americanas (Unasul), instituição fundada em 2008 e que entrou em funcionamento em 2011, com o objetivo de construir uma identidade e cidadania sul-americana, além de desenvolver um espaço regional integrado. Vale ressaltar que a Colômbia foi o primeiro país a se retirar da UNASUL, ainda em 2018. Seguindo a linha de promoção do Prosul, o presidente chileno, Sebastián Piñera, anunciou, em 20 de fevereiro, que o Chile sediará o primeiro encontro formal do grupo. Segundo Piñera, todos os países da América do Sul, incluindo Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai, foram convidados para a reunião, que deverá ocorrer no dia 21 de março, no Chile. O único país não convidado foi a Venezuela, e a justificativa apresentada por Piñera é que a Venezuela não atende aos requisitos de respeito à democracia, ao Estado de Direito e às liberdades individuais.

Fontes: [Presidencia de la República de Colombia](#), 14/01/2019; [El Tiempo](#), 01/02/2019; [Notimé-](#)

[rica](#), 18/02; [Nodal](#), 20/02/2019; [Eldesconcierto](#), 22/02/2019; [France24](#), 22/02/2019.

## Ajuda humanitária na Venezuela causa controvérsias

Em passagem por Nova Iorque, o ministro das Relações Exteriores da Venezuela se reuniu com embaixadores da China, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Indonésia, Kuwait e Rússia. O diplomata venezuelano realizou reuniões bilaterais com os referidos países, onde discutiu a situação política na Venezuela, como o bloqueio econômico que o governo dos EUA realiza contra o país sul-americano. O chanceler aproveitou a oportunidade para denunciar as ações intervencionistas do governo estadunidense contra o país caribenho. Na ocasião, o diretor do Departamento Latino-Americano do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Alexander Schetin, anunciou a intenção de Moscou de apresentar seu próprio projeto de resolução para a situação na Venezuela. Já o porta-voz da chancelaria chinesa, Geng Shuang, disse que “a China presta grande atenção à atual situação na Venezuela e apoia os esforços do governo desse país para garantir a soberania, a independência e a estabilidade do Estado”. O representante venezuelano estabeleceu laços de cooperação com os países africanos com os quais teve reuniões. A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), por outro lado, estima que vai reduzir para € 650 mil (o equivalente a US\$ 734 mil) a ajuda humanitária para a Venezuela em 2019, uma “previsão inicial” que pode ser melhorada em caso de emergência. Deste valor, está previsto que € 300 mil (o equivalente a US\$ 339 mil) sejam destinados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e € 350 mil (o equivalente a US\$ 395 mil) ao Comité Internacional da Cruz Vermelha. A crise política na Venezuela agravou-se quando o líder da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autoproclamou Presidente da República interino. Desde então, a tensão na região tem crescido. A situação do país trouxe, inclusive, questionamentos sobre a eficácia da cooperação oferecida por Pequim ao país latino-americano.

Fontes: [O Globo](#), 13/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 13/03/2017; [Valor Econômico](#), 13/03/2017.

## Crise venezuelana repercute na política doméstica dos países latino-americanos

Os desdobramentos da crise política na Venezuela, que culminaram na autoproclamação de Juan Guaidó como presidente interino do país no dia 23 de ja-

neiro, têm gerado intenso debate entre as lideranças políticas nos países latino-americanos. No México, parlamentares dos partidos de oposição, tais como Partido Revolucionário Institucional (PRI), Partido da Ação Nacional (PAN) e Partido da Revolução Democrática (PRD), questionaram a postura de não intervenção adotada pela chancelaria mexicana ao não secundar os esforços do Grupo de Lima em condenar e não reconhecer o governo de Nicolás Maduro. No dia 12 de fevereiro, integrantes destes partidos tentaram colocar na pauta de discussão da Câmara de Deputados o reconhecimento de Guaidó como novo presidente interino venezuelano, mas foram obstados pelos parlamentares dos partidos da base governista, entre eles Movimento Regeneração Nacional (Morena), Partido do Trabalho (PT) e Partido Encontro Social (PES), que constituem maioria na Câmara. No Peru, quase todas as bancadas partidárias no Congresso externaram seu apoio a Guaidó, ao renderem homenagem ao seu representante diplomático, Carlos Scull, durante sessão parlamentar. O gesto não contou com o apoio dos partidos de esquerda Novo Peru (NP) e Frente Amplia (FA), que rechaçaram a posição oficial do governo peruano de reconhecer Guaidó como presidente interino legítimo da Venezuela. No Brasil, os partidos da oposição de esquerda Partidos dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e PCdoB Partido Comunista do Brasil (PCdoB) igualmente condenaram o reconhecimento de Guaidó pelo governo brasileiro, argumentando que a decisão viola os princípios de não ingerência e solução pacífica de controvérsias, que tradicionalmente nortearam a diplomacia brasileira. Na Bolívia, a Câmara de Deputados aprovou uma declaração de apoio à soberania do povo venezuelano, mas o bloco de oposição democrática da Bolívia, que tem entre seus líderes o ex-mandatário boliviano Carlos Mesa, respaldou a presidência interina de Guaidó. No Paraguai, o Frente Guasu, partido do ex-presidente e atualmente senador Fernando Lugo, reconheceu como vontade popular a reeleição de Maduro e se manifestou contra as iniciativas do Grupo de Lima. No Chile, alguns membros do partido opositor, Frente Amplio, manifestaram seu apoio ao regime de Maduro.

Fontes: [El Universal](#), 09/01/2019; [La Nación](#), 10/01/2019; [El Universal](#), 24/01/2019; [El Comercio](#), 24/01/2019; [La República](#), 24/01/2019; [Folha de S. Paulo](#), 24/01/2019; [El Universal](#), 29/01/2019; [El Comercio](#), 01/02/2019; [La Tercera](#), 03/02/2019; [El Deber](#), 05/02/2019; [El Deber](#), 06/02/2019; [El Universal](#), 12/02/2019.

## Crise na Venezuela se agrava e repercute na região e no mundo

A Venezuela começou o ano de 2019 com a posse de Nicolás Maduro, para um segundo mandato presidencial, e de Juan Guaidó para a presidência da Assembleia Nacional, de maioria opositora. Esta mesma Assembleia declarou que Maduro é um usurpador do cargo e não reconhece sua reeleição. No dia 23 de janeiro, Guaidó se autoproclamou chefe de governo e foi empossado como presidente interino do país. Donald Trump o reconheceu imediatamente como legítimo e outros governos o seguiram. O Grupo de Lima, à exceção do México, aderiu à iniciativa dos EUA. Já a União Europeia deu a Maduro o prazo de uma semana para a convocação de novas eleições. O ultimato foi rechaçado e, com isso, os europeus também reconheceram Juan Guaidó como presidente da Venezuela. Por outro lado, Bolívia, China, Cuba, Irã, Rússia e Turquia, permaneceram ao lado de Maduro. Visando uma possível saída da crise, foi dado início ao Mecanismo de Montevideo e foi criado o Grupo de Contato Internacional (GCI). O primeiro conta com membros da América do Sul e Caribe e o outro com países europeus e latino-americanos. Juan Guaidó ofereceu uma Lei de Anistia como forma de conseguir apoio dentro das Forças Armadas, que permanecem fiéis a Maduro. Ele também começou a articular a entrada de ajuda humanitária no país a partir da Colômbia e do Brasil. Maduro classificou a ajuda como um “show” e um disfarce para uma intervenção militar no país, patrocinada pelo governo estadunidense. Além disso, Maduro bloqueou a ponte entre a Colômbia e a Venezuela, que daria passagem aos caminhões com remédios e alimentos, fechou a fronteira terrestre com o Brasil e a fronteira marítima com as Antilhas Holandesas. A entrada da ajuda humanitária gerou agitações na fronteira da Venezuela com Brasil e Colômbia. Ainda no dia 23, Maduro rompeu relações com a Colômbia e ordenou a saída do corpo diplomático do país. Neste mesmo contexto, 174 militares venezuelanos desertaram e saíram do país.

Fontes: [El Universal](#), 24/01/2019; [El Universal](#), 26/01/2019; [DW](#), 08/02/2019; [El Nacional](#), 19/02/2019; [El Nacional](#), 23/02/2019; [El Nacional](#), 24/02/2019; [G1](#), 25/02/2019.

## Governo mexicano defende o diálogo como forma de mediar a crise venezuelana

Com a eleição de Lopez Obrador, o posicionamento do México em relação à crise venezuelana se modificou. Enrique Peña Nieto, presidente mexicano até novembro de 2018, direcionava críticas contundentes

tes ao governo de Nicolas Maduro. Por outro lado, no atual governo, a proposta é a solução pela via do diálogo. No dia 04 de janeiro, o Grupo de Lima assinou uma declaração de não reconhecimento à reeleição de Maduro, o México, no entanto, se absteve da assinatura. De acordo com Maximiliano Zúñiga, subsecretário encarregado da América Latina e Caribe da chancelaria mexicana, o posicionamento do país respeita os princípios constitucionais da política externa mexicana sobre autodeterminação e não-intervenção. Obrador, em discurso, colocou o México a disposição para intermediar a negociação entre o governo de Maduro e oposição venezuelana, mas fez ressalvas e demonstrou preocupação com a situação que, em suas palavras, tirou a paz do povo venezuelano. Em 24 de janeiro, Maduro informou que aceitaria a mediação mexicana. Rússia e Uruguai declararam apoio a iniciativa de Obrador e, no dia 06 de fevereiro, os 14 países que compõem a Comunidade de Estados do Caribe (Caricom), em conjunto com México e Uruguai, apresentaram um processo de quatro passos para contribuir com o fim da crise venezuelana, denominado “Mecanismo Montevideo”. A proposta foi recebida de maneira positiva por Maduro.

Fontes: [Sputnik](#), 05/01/2019; [Perfil](#), 24/01/2019; [O Globo](#), 25/01/2019; [Expansion](#), 03/02/2019; [Sputnik](#), 09/02/2019.

## Erdogan apoia Maduro e cobra respeito à decisão das urnas

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, declarou seu apoio a Nicolás Maduro e criticou o governo estadunidense por intervir nos assuntos venezuelanos e romper relações diplomáticas com o país. No Twitter, o porta-voz da presidência da Turquia, Ibrahim Kalin, fez uma publicação sobre a Venezuela e a finalizou com a hashtag “#WeAreMADURO” (em português, NósSomosMADURO). Erdogan se declara contra ao que considera ser uma tentativa de golpe e afirmou que, quando as urnas não são respeitadas, não podemos dizer que existe uma democracia. Tal pronunciamento tem a ver com o fato de que alguns países reconheceram o líder de oposição venezuelano, Juan Guaidó, como presidente legítimo da nação sul-americana. Como demonstração de apoio a Maduro, o vice-presidente da Turquia, Fuat Oktay, esteve em Caracas, em janeiro, para a sua posse. Na mesma visita, conversas sobre as relações turco-venezuelanas também fizeram parte da agenda, conforme os presidentes de ambos os países haviam combinado em uma ligação telefônica no início de janeiro. Como destaque da relação entre estes Estados, podemos citar a

exportação do ouro venezuelano à Turquia, principalmente, através da empresa Turkish Airlines, onde parte do minério se destina a compra de bens de consumo no país aliado. De acordo com relatórios comerciais e dados do governo, estima-se que os envios de 2018 se aproximam de US\$ 1 bilhão. Neste contexto, o comércio entre as duas nações cresceu oito vezes em 2018, com relação ao ano anterior.

Fontes: [TRT](#), 08/01/2019; [TRT](#), 09/01/2019; [TRT](#), 10/01/2019; [Hürriyet Daily News](#), 24/01/2019; [Terra](#), 24/01/2019; [TRT](#), 25/01/2019; [TRT](#), 05/02/2019; [Reuters](#), 10/02/2019

## Crises africanas dominam agenda de política externa da África do Sul

Em janeiro e fevereiro de 2019, dois países africanos com mudanças políticas recentes, a República Democrática do Congo (RDC) e o Zimbábue, foram temas de destaque para a política externa sul-africana, com reflexos importantes na política doméstica do país. Na RDC, o resultado das eleições que levaram Felix Tshisekedi à presidência, em dezembro de 2018, foi contestado pela oposição no tribunal constitucional. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) se reuniu para discutir a crise política congoleza e defendeu a recontagem dos votos do pleito e a formação de um governo de unidade nacional, com participação das principais forças políticas do país. A posição foi apoiada pela chanceler da África do Sul, Lindiwe Sisulu. Todavia, em nome da estabilidade política do país, a comunidade internacional, incluindo os EUA e ONU, defenderam a legitimidade do governo – uma opção controversa visto que a oposição continua rejeitando o resultado das eleições. Já a crise no Zimbábue tem motivações econômicas, embora com graves consequências políticas. Uma greve nacional foi convocada contra o aumento de cerca de 250% no preço dos combustíveis. O governo do presidente Emmerson Mnangagwa classificou os protestos de “terrorismo” e os reprimiu violentamente, provocando dezenas de mortes. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, defendeu o fim das sanções internacionais contra o Zimbábue e foi muito criticado domesticamente por não reagir energicamente para coibir o uso desproporcional de força do governo de Mnangagwa. O governo sul-africano permaneceu, todavia, criticando as sanções internacionais lideradas pelo governo dos EUA e apoiada pela UE. A ministra sul-africana Sisulu apelou para a Europa abandonar as sanções que atingem o povo zimbabuano. A situação de instabilidade nos dois países atinge a África do

Sul tanto pela grande comunidade de imigrantes congoleses e zimbabuanos vivendo em território sul-africano, como pela importância das relações comerciais e financeiras entre os países.

Fontes: Daily [Maverick](#), 07/01/2019; [News24](#), 13/01/2019; [DW](#), 13/01/2019; [IOL](#), 16/01/2019; [The Guardian](#) 20/01/2019; [News24](#), 22/01/2019, [News24](#), 28/01/2019; [News24](#), 03/02/2019; [The Guardian](#), 09/02/2019; [News24](#), 09/02/2019.

## **Cresce parceria comercial entre África do Sul e Índia**

Em 25 de janeiro de 2019, o presidente da Índia, Shri Ram Nath Kovind, recebeu Matamela Cyril Ramaphosa, presidente da República da África do Sul, em Rashtrapati Bhavan. O presidente indiano afirmou que a parceria econômica Índia-África do Sul é um pilar fundamental do relacionamento entre os dois países: “a indústria indiana está entusiasmada com as políticas e abordagens econômicas sul-africanas. De nossa parte, empreendemos reformas econômicas inovadoras para atrair empresas internacionais e impulsionar nosso crescimento. Convidamos as empresas sul-africanas a se associarem a nós nos programas “Make In India”, “Digital India”, “Clean India” e “Smart City”. A postura indiana está de acordo com a estratégia do país de inserir o continente africano como prioridade de política externa. A África surge como um importante parceiro de investimento e comércio para a Índia, quinto maior investidor no continente. Nesse sentido, a ministra das relações exteriores Sushma Swaraj afirmou que as relações entre Índia e África irão redefinir os contornos da ordem internacional em linhas mais igualitárias.

Fontes: [Business Standard](#), 19/01/2019; [Outlook India](#), 24/01/2019; [Orissa Diary](#), 25/01/2019.

## **Ataque terrorista e ação militar acirram tensões entre Índia e Paquistão**

O atentado realizado pelo grupo Jaesh-e-Mohammad, com sede no Paquistão, que deixou mais de 40 mortos na Caxemira indiana no dia 14 de fevereiro, elevou significativamente as tensões na fronteira entre a Índia e o Paquistão. Em resposta ao atentado, o governo indiano acusou Islamabad de apoiar o JeM e retirou seu principal diplomata do Paquistão. Por sua vez, o pri-

meiro-ministro paquistanês, Imran Khan, alertou, que o país responderá caso seja atacado, instando a Índia a apresentar provas de que há paquistaneses envolvidos no ataque. Em 18 de fevereiro, o Ministério de Relações Exteriores paquistanês, que negava qualquer envolvimento no ataque, chamou seu embaixador na Índia para consultas. No mesmo dia, o governo da Índia pediu uma ação crível e visível do governo paquistanês contra os responsáveis pelo ataque e pediu que o Paquistão pare de enganar a comunidade internacional. Além disso, o primeiro ministro indiano, Narendra Modi, prometeu fazer os responsáveis “pagarem um alto preço” pelo ataque que comoveu a Índia. Como resultado, ocorreu uma operação das forças de segurança da Índia na região da Caxemira indiana, ainda em 18 de fevereiro, em busca de suspeitos de ter envolvimento com o ataque, levando a morte de, ao menos, 9 pessoas. Deve-se mencionar que, por meio do seu Escritório e do seu Alto Comissariado para os Direitos Humanos, a ONU expressou preocupação com o aumento das tensões entre Paquistão e Índia após o atentado. Além disso, o governo da Arábia Saudita, aliado de longa data do Paquistão, se ofereceu, em 19 de fevereiro, para mediar as tensões entre os dois países. Todavia, em 26 de fevereiro, a força aérea indiana realizou uma operação militar contra o grupo armado “Jaish-e-Mohammed” no lado paquistanês da fronteira, invadindo o espaço aéreo do Paquistão. Essa operação fez com que a tensão entre os dois países escalasse ainda mais.

Fontes: [O Globo](#), 14/02/2019; [Valor Econômico](#), 18/02/2019; [G1](#), 19/02/2019; [UOL](#), 19/02/2019; [O Globo](#), 19/02/2019; [Expresso](#), 19/02/2019; [AlJazeera](#), 26/02/2019; [BBC](#), 27/02/2019; [Times of India](#) 28/02/2019; [News18](#), 28/02/2019.

## **China intensifica sua aproximação com América Latina e Caribe**

Com a efetivação de projetos de cooperação, a China entregou 40 caminhões para o corpo de bombeiros da República Dominicana, a serem usados na base aérea de San Isidro. O objetivo desta ação é fortalecer as relações amistosas entre ambos os países e contribuir para o Sistema Nacional de Emergência e Segurança 911 no país latino e aproximar a China do Caribe. A iniciativa também prevê atividades de capacitação profissional. Ademais, na cidade de Buenos Aires, a Embaixada da China na Argentina realizou uma recepção por ocasião do Ano Novo Chinês e do início da missão do recém-chegado embaixador da China, Zou Xiaoli. O novo embaixador reforçou o desejo de estreitar laços co-

merciais entre os dois países. “No novo ano, faremos todo o possível para implementar o consenso entre os dois chefes de Estado para planejar nossa futura cooperação com uma visão mais ampla, promover ativamente o desenvolvimento dos laços China-Mercosul e China-CELAC, com vistas a fazer contribuições renovadas para elevar os laços da China com a Argentina e a região a níveis mais altos e fomentar a paz e o desenvolvimento compartilhado do mundo”, acrescentou Zou. A proposta foi bem recebida pelo representante argentino, Andrés Murchison, secretário de Alimentos e Bioeconomia do país. O evento contou com mais de 500 convidados, dentre os quais se encontravam autoridades argentinas, chinesas e representantes do corpo diplomático. No começo deste ano, o Governo da República Popular da China também assinou um acordo bilateral de US\$ 12 milhões com o Ministério dos Negócios Estrangeiros das Bahamas. Tal ato representou a segunda remessa, de mesmo valor, no período de um ano, para projetos de desenvolvimento no país. Ainda no Caribe, o governo chinês realizou a sétima rodada de consultas com os Estados da região, resultando no comprometimento das partes em fortalecer as suas relações

Fontes: [Acercando Naciones](#), 08/01/2019; [Embaixada da China na Argentina](#), 17/01/2019; [Prensa Latina](#), 21/02/2019; [EW News](#), 22/02/2019; [CDN](#), 25/01/2019; [CRI](#), 30/01/2019; [Mercosur ABC](#), 30/01/2019; [Mercosur ABC](#), 30/01/2019; [Listin Diario](#), 31/01/2019.

## China e Gâmbia estreitam laços de cooperação

Após dois anos de retomada de relações diplomáticas, um encontro marcou o desejo de aproximação entre China e Gâmbia. As autoridades enfatizaram a necessidade de parcerias que reforçassem a cooperação em diversos assuntos internacionais. O objetivo central do governo chinês é alinhar o discurso do país africano às propostas chinesas no Fórum Pequim-China sobre Cooperação na China-África. “A China está disposta a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar o desenvolvimento econômico e social na Gâmbia e em outros países africanos, com base nas realidades e necessidades da África”, afirmou o conselheiro de Estado e ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. Durante o encontro com o seu homólogo da Gâmbia, Mamadou Tangara, Wang afirmou que a amizade e parceria bilateral entre os dois países está

consolidada. O chanceler da Gâmbia disse que seu país apoiará a China em ocasiões internacionais, bem como em questões relacionadas aos seus principais interesses, promovendo o desenvolvimento futuro de laços bilaterais entre os dois.

Fontes: [Xinhua](#), 03/01/2019; [Xinhua](#), 04/01/2019; [The Point](#), 04/01/2019; [Ministério de Relações Exteriores da China](#), 04/01/2019; [Xinhua Spanish](#), 06/01/2019; [CGTN](#), 06/01/2019.

## Países emergentes vão dominar top 10 dos maiores PIBs do mundo em 2030

Em relatório publicado no início de janeiro de 2019, o banco britânico Standard Chartered afirma que em 2030, provavelmente 7 das 10 maiores economias do mundo vão ser países emergentes. A previsão utiliza como indicadores as taxas de câmbio pela paridade do poder de compra e o Produto Interno Bruto (PIB) nominal. De acordo com a projeção do relatório, a China se tornará a maior economia do mundo já em 2020 e manterá uma tendência de crescimento de 5% em 2030. Além disso, o documento aponta que a Índia provavelmente vai superar os Estados Unidos até 2030 e que sua tendência de crescimento deverá ser acelerada para 7,8% na década de 2020. Assim, o top 10 dos maiores PIBs do mundo em 2030 seria composto, segundo o relatório, por China, Índia, EUA, Indonésia, Turquia, Brasil, Egito, Rússia, Japão e Alemanha, respectivamente. De acordo com os economistas do Standard Chartered, as previsões consideram que a participação dos países no PIB mundial deve eventualmente convergir com sua participação na população mundial, impulsionada pela convergência do PIB per capita entre economias avançadas e emergentes.

Fontes: [Valor Econômico](#), 08/01/2019; [Época](#), 08/01/2019; [Istoé](#), 08/01/2019.

## Países emergentes podem ser prejudicados por proposta dos EUA para reforma da OMC

Em fevereiro, os EUA apresentaram uma proposta de reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) para a reunião do Conselho Geral da organização, marcada para o final do mês, que exclui países emergentes de receber tratamento especial e diferenciado nas atuais e futuras negociações comerciais. O governo estadunidense propôs, sob a forma de uma

ideia de graduação, quatro critérios para determinar quais países perderiam os benefícios de prazos maiores e condições mais vantajosas para implementar regras acertadas nas negociações. Mais especificamente, a proposta dos EUA estabelece que membros da OMC não podem ter tratamento especial: se são membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou candidatos a entrar na entidade; se são membros do G-20; se são classificados como países de “alta renda” pelo Banco Mundial; e se fazem mais de 0,5% do comércio mundial de mercadorias. Na prática, se a proposta dos EUA for aprovada, ela resultaria na perda dos benefícios do tratamento especial e diferenciado por: África do Sul, Argentina, Arábia Saudita, Brasil, Brunei, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Egito, Filipinas, Hong Kong, Índia, Indonésia, Israel, Kuwait, Malásia, México, Nigéria, Qatar, Tailândia, Taiwan, Turquia e Vietnã. De modo geral, os países emergentes responderam de forma contrária à proposta estadunidense. Entre os argumentos mobilizados em suas defesas, os governos desses estados chamaram a atenção para o fato de que o debate não pode ser somente sobre o valor do PIB dos países, devendo valorizar o indicador per capita. Igualmente, esses países destacaram que ainda existe um enorme fosso que separa os países em desenvolvimento dos países desenvolvidos nos mais variados campos, incluindo as áreas nas quais os países ricos se beneficiaram de flexibilidade nas regras internacionais no passado.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 15/02/2019; [Terra](#), 15/02/2019; [Valor Econômico](#), 21/02/2019.

## Comércio de armamentos entre Rússia e Turquia incomoda os EUA

Nos últimos meses, a aproximação entre a Rússia e a Turquia na área da defesa tem causado tensões a nível internacional. A aquisição do sistema russo de defesa, S-400, pelo governo turco, com a primeira entrega prevista para meados de 2019, foi considerada inoportuna para os EUA. O vice-presidente estadunidense, Mike Pence, afirmou no discurso da conferência de segurança de Munique que um membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) não pode comprar armas de um adversário. Em resposta, a Turquia afirmou poder re-

programar o software do sistema adquirido e, com isso, nacionalizá-lo, mas, dúvidas com a relação a efetividade deste plano continuam presentes nos debates relativos ao tema. Ismail Demir, chefe do principal órgão turco, que lida com a aquisição e produção de armas, declarou que a Turquia firmou esta parceria com a Rússia porque os seus aliados tradicionais do Ocidente não conseguiram atender às necessidades defensivas de seu país. Com esta situação, depois de hesitar por anos a venda de seu sistema de defesa aéreo, Patriot, o EUA confirmou a possível venda deste para a Turquia, desde que o país suspendesse a compra realizada com a Rússia. Ancara, entretanto, anunciou que as condições devem ser discutidas, já que a demanda turca da extradição de Fethullah Gülen ainda não foi atendida. Além disso, o atraso da retirada das tropas estadunidenses da Síria, que apoiaram grupos curdos considerados terroristas pela a Turquia, também é um ponto delicado da negociação entre os países. Outra reação de Washington a esta questão foi ameaçar Ancara com a imposição de sanções e o possível bloqueio da entrega de seus caças F-35. Apesar disso, Mevlut Çavusoglu, ministro turco dos Negócios Estrangeiros, declarou que a Turquia faria negócios com ambos os países, sem cancelar acordos com nenhum dos lados.

Fontes: [TRT](#), 24/01/2019; [Aljazeera](#), 20/02/2019; [Bloomberg](#), 20/02/2019; [Xinhuanet](#), 22/02/2019; [CNS News](#), 22/02/2019, [Wall Street Journal](#), 22/02/2019.

## Onda de insegurança e instabilidade política afeta países ao redor do mundo

No dia 24 de janeiro, o deputado federal Jean Wyllys (PSOL- RJ), abriu mão de seu terceiro mandato consecutivo por conta da sensação de insegurança vinda das ameaças de morte que recebe diariamente. O deputado, símbolo da luta LGBTQI, apresentou provas concretas para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que ressaltou como o governo brasileiro falhou em protegê-lo. Mais de 30 movimentos sociais, com atuação voltada para a garantia dos direitos da população negra, uniram-se para cobrar a essa mesma Comissão, pertencente a Organização dos Estados Americanos (OEA), ações contra o pacote anticrime proposto pelo ministro Sérgio Moro. Segundo os movimentos sociais, esse pacote tende a agravar o genocídio da juventude negra e pobre. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), teve suas atividades encerradas no dia 30 de janeiro pelo governo Bolsonaro. Suas po-

líticas e diretrizes foram fundamentais para tirar o Brasil do Mapa da Fome em 2014 e, sem ele, a promoção e o aprimoramento da segurança e soberania alimentar enfrentarão muitos obstáculos. No dia 03 de fevereiro, Nayib Bukele, candidato “outsider” que afirma não ter ideologia e pertence a um partido criado em 2018, foi eleito presidente de El Salvador, ganhando das duas forças políticas que ocupavam o Executivo desde 1989. No Haiti, há meses manifestações massivas têm se multiplicado, denunciando a corrupção estatal, a má gestão governamental de Jovenel Moise e suas medidas econômicas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional. Nicolás Maduro anunciou, no dia 21 de fevereiro, o fechamento da fronteira da Venezuela com o Brasil e, nos dias seguintes, com a Colômbia, o que tem agravado as tensões militares e políticas na região. A medida veio após o governo brasileiro comunicar a pretensão de realizar junto aos Estados Unidos uma suposta ajuda de donativos, sem garantias de não intervenção no território. A disputa entre Paquistão e Índia pela região da Cachemira está cada vez mais intensa. Em fevereiro, os dois países mostraram suas ofensivas com bombardeios e ataques aéreos. A crise militar envolve duas potências nucleares, o que tem gerado o posicionamento de diversos atores internacionais, como os EUA e a União Europeia.

Fontes: [BBC](#), 24/01/2019; [Brasil de Fato](#), 30/01/2019; [La Tinta](#), 05/02/2019; [La Tinta](#), 13/02/2019; [Brasil de Fato](#), 21/02/2019; [El Pais](#), 27/02/2019.

## **Instrumentalização política da agenda migratória e medidas xenófobas ferem direitos de imigrantes e refugiados**

Em 04 de janeiro, Antônio Vitorino, presidente da Organização Internacional das Migrações (OIM), defendeu a necessidade de tratar da agenda das migrações com racionalidade. Vitorino criticou a crescente instrumentalização do tema por parte dos governos na esfera doméstica e afirmou que a polarização interna dos países tem feito com que migrantes sejam utilizados como “bodes expiatórios” para problemas internos enfrentados pelos países receptores. No dia 12 de fevereiro, a Agência de Inteligência da Guatemala acusou a oposição hondurenha de convocar as caravanas da América Central, como forma de desestabilizar o governo dos EUA. Sob a alegação de conter a insegurança na região fronteiriça, Donald Trump anunciou, dia 16 de fevereiro, emergência nacional, com isso, conseguirá fundos para a construção do muro na fronteira com o México. Trump colocou também a cons-

trução do muro como forma de combate ao tráfico de drogas. No mesmo sentido de polarização política em torno da agenda de migrações, em 13 de fevereiro o Primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, anunciou que reabrirá um centro para migrantes que foi fechado em 2018 por alegações de violação dos direitos humanos. Neste centro, os relatos dos migrantes variavam de maus tratos a comportamentos suicidas em crianças de 10 anos. No momento, há um intenso debate entre o governo conservador e a oposição comandada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que defende que os migrantes sejam enviados para tratamento na Austrália continental. Em 04 de fevereiro, o Decreto Sicurezza, que retira a proteção humanitária da lei de migração italiana teve seu primeiro efeito nocivo. O governo italiano fechou o segundo maior centro de acolhida de migrantes, fazendo com que essas pessoas passem a morar nas ruas. O resultado dessa polarização é registrado em atos xenófobos, como no dia 20 de janeiro no Equador, no qual migrantes venezuelanos precisaram de escolta policial para sair de suas casas após sofrerem ataques de um grupo em razão de sua nacionalidade.

Fonte: [EBC](#), 04/01/2019; [Sputnik](#), 10/01/2019; [El Comercio](#), 20/01/2019; [El Pais](#), 04/02/2019; [Publico](#), 13/02/2019.

## **Avanços e retrocessos marcam a política de gênero no começo de 2019**

Em janeiro, a Suprema Corte estadunidense, por 5 votos a 4, revisou a política administrativa do ex-presidente Barack Obama de permitir militares transexuais nas Forças Armadas, acatando, assim, o pedido do atual mandatário Donald Trump. Na contramão deste retrocesso, o presidente boliviano Evo Morales anunciou Manuel Canelas como um dos novos sete ministros. Canelas é o primeiro ministro abertamente homossexual do país, assim como também foi o primeiro deputado assumidamente gay. Na Angola, o novo código penal, aprovado no dia 23 de janeiro, pelo Parlamento de Luanda, garantiu que ninguém possa ser penalizado devido à sua orientação sexual, no entanto, o novo Código não prevê medidas legislativas claras sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. No Brasil, no dia 13 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal começou a julgar duas ações que tratam sobre a criminalização de homofobia e transfobia. Na Índia, cerca de cinco milhões de mulheres formaram um muro de 620km pela igualdade de gênero, motivadas por fazer valer seus direitos adquiridos, desde setembro de 2018, de participar de rituais reli-

giosos. Na Tailândia, mulheres desafiam uma tradição de 91 anos, onde apenas homens têm a permissão se tornarem oficialmente monges budistas. Atualmente existem 270 monjas budistas no país e todas foram ordenadas no exterior, contrapondo o total de 250 mil monges ordenados.

Fontes: [The times of India](#), 01/01/2019; [Clarín](#), 04/01/2019; [Mídia Ninja](#), 23/01/2019; [New York Times](#), 22/01/2019; [Público](#), 24/01/2019; [G1](#), 13/02/2019.

Fontes: [United Nations Volunteers](#), 30/01/2019; [Love FM](#), 01/02/2019; [UN South-South](#), 01/02/2019; [Andina](#), 08/02/2019.

## **ONU promove o aperfeiçoamento de políticas através da UNICEF, UNOSSC e FAO**

Belize recebeu uma atividade de aperfeiçoamento de políticas para a infância, realizada em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, na sigla em inglês) com Barbados e países do Leste do Caribe. A UNICEF da região realiza cooperação com 12 países na área de proteção e cuidado à infância. Já o Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC, na sigla em inglês) concluiu um workshop de três dias na África do Sul, com o objetivo de otimizar as oportunidades para mulheres africanas no setor de tecnologia, através de maior capacidade profissional e orientação, alavancando o poder da Cooperação Sul-Sul. Em janeiro de 2019, o programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV, na sigla em inglês) e o UNOSSC assinaram o primeiro Memorando de Entendimento entre as duas organizações. Em conformidade com o Quadro Estratégico UNV 2018-2021, esta aliança estabelece uma oportunidade para ambas as organizações contribuírem para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovendo o voluntariado e contratando voluntários para a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Já no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), foi lançada a iniciativa “1 milhão de cisternas para o Sahel”. A iniciativa é semelhante ao “programa de 1 milhão de cisternas” implementado no Brasil por meio do programa Fome Zero. A OEA proporcionou cooperação entre o Peru e o governo de Santa Lucia, um pequeno Estado insular na América, localizado na região do Caribe, cujas autoridades solicitaram o apoio do Peru por meio da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) para iniciar um projeto de cooperação em gastronomia. A iniciativa buscará formar técnicos nas artes culinárias do país, a fim de proporcionar oportunidades de autodesenvolvimento, capacitação, emprego e empreendedorismo.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

